

Mais uma vez - a quarta desde 1962 - se encontra em crise a Universidade de Lisboa. Se a isto acrescentarmos a repercussão que essas crises tiveram no Porto e em Coimbra e principalmente a crise Académica de Coimbra de 1969, verificaremos como tem sido agitada a vida Universitária Portuguesa.

Ora essas crises traduzem ao nível da superestrutura, uma crise contínua do capitalismo português, que cada vez mais tende a avolumar-se.

É importante que a classe operária entenda correctamente as lutas dos estudantes, de modo a não as subvalorizar (considerando que por se tratar da luta de elementos burgueses que têm formas e possibilidades de movimentação diferentes da classe operária, nada têm a ver com esta), nem as sobrevalorizar. É o caso de se pensar que se formam na luta Universitária os futuros quadros políticos do Proletariado, o que é incorrecto.

Encarado como facto objectivo, a actual crise da Universidade reveste aspectos importantes; na verdade:

- a) Traduz uma crise mais geral - A crise do Capitalismo Português
- b) Permite mostrar, face a um caso particular, como se articulam as várias camadas da burguesia, quais as suas contradições, qual a sua unidade, qual a política de alianças do bloco no poder.
- c) Permite mostrar como a guerra colonial se reveste também aqui como factor extremamente importante na crise do Capitalismo Português.

A contradição principal do Capitalismo é a que opõe o Capital e o Trabalho. Contudo a estrutura dos grupos sociais trabalhadores não são homogêneas, havendo contradições secundárias em cada uma delas.

No que ao Capital diz respeito existe uma contradição importante, embora não antagónica, entre o Capital bancário e industrial (a quem convém um rápido crescimento económico - concentração e integração no Capital internacional ... - a integração europeia, mas também a conservação das colónias como elemento que o situe não completamente à margem do Capitalismo Internacional) e o Capital latifundiário, a quem interessa um número mínimo de transformações e em particular a manutenção completa do domínio colonial.

Essa contradição marca o Capitalismo Português de hoje. Em particular, o facto de ele tender a resolver-se no sentido da supremacia das forças ligadas ao Capitalismo industrial e bancário impõe alterações na vida nacional.

- Impõe a "Liberalização" da vida nacional, em que as "reivindicações" populares se integram na evolução capitalista, impõe a pseudo democracia eleitoral, que dê uma base de aceitação internacional ao Regime, impõe a Reforma do Ensino, em que se formem mais e melhores técnicos, mais operários especializados, e em que se propague a ideologia dominante, etc.

Por outro lado, essa contradição não sendo antagónica, pressupõe a sua elaboração pacífica, com um mínimo de conflitos internos, a "evolução na continuidade". E tanto mais quanto é certo que as duas forças económicas têm muitos interesses em comum: 1º A exploração do proletariado como condição de sobrevivência; 2º Embora por razões diferentes, a manutenção das colónias ou pelo menos a continuidade do domínio colonial, custe o que custar; 3º A repressão de qualquer movimento de massas operárias, que se interesse numa perspectiva de luta de classes, e mesmo de quaisquer discussões que prespectivem em termos de luta de classes a evolução económica e social portuguesa.

A Reforma do Ensino deve poder aparecer como uma reforma democrática que permite um maior acesso da população a uma instrução superior e, em particular, que permite a ascensão da média e pequena burguesia aos quadros intelectuais-médios e pequenos burgueses que simultaneamente são esmagadas pela

evolução capitalista, pela concentração monopolista, pela concorrência com o estrangeiro, pela guerra às pequenas empresas, etc.

Ora o que é verdade é que a reforma do ensino deve ser entendida como uma tentativa de formação de quadros técnicos, para a evolução capitalista e enquadramento do proletariado, e de conquista do apoio da pequena burguesia que, dado o seu efectivo esmagamento económico poderia tender a aliar-se táticamente ao proletariado. Portanto, mesmo apresentada de uma forma demagógica - simulacro de discussão popular, existência de muitos aspectos que efectivamente nunca serão postos em prática, porque isso exigiria um investimento no ensino incompatível com a manutenção da guerra colonial e mesmo meios humanos que só daqui por vários anos poderiam ser obtidos - a reforma não consegue esconder que serve fundamentalmente o capital industrial e virá contribuir para uma maior e mais eficaz exploração do proletariado. Por outro lado, pretender-se-ia também com a reforma isolar os quadros mais politizados da Universidade, integrando a grande massa estudantil, que hávários anos vinha reglamando contra o carácter obsoleto da Universidade. Acabar com as reivindicações estudantis seria um argumento dos mentores da Reforma, tanto mais importante quanto a inexistência de quadros médios no exército, obriga ao recurso aos oficiais milicianos. Este um argumento a que toda a classe dominante, e principalmente o sector mais reaccionário, é sensível.

Os objectivos este ano definidos pelas associações de estudantes eram fundamentalmente a luta contra o conteúdo de classe do ensino (e, portanto, a análise da reforma em termos de classe), e a luta contra o isolamento dos estudantes (isolados entre si e isolados da população) não revestem um conteúdo político concreto, mas na medida em que foram efectivamente discutidos por muitos estudantes e aplicados aos problemas diários, não podiam agradar ao capitalismo. A este interessa que os futuros engenheiros, economistas, professores etc, se limitem a reivindicações pedagógicas ou sindicais, facilmente integráveis, mas não se deem conta dos objectivos de classe do ensino, quer na forma de recrutamento, quer no conteúdo das matérias. Isto é particularmente importante no caso do ensino médio, em que se formam os futuros agentes técnicos, os futuros quadros médios de empresas que viram estar em contacto directo com a classe trabalhadora, revestindo assim a sua "educação" política especial importância. É por isso que se fecha a Associação do Instituto Industrial de Lisboa e se entregam as suas actividades circum-escolares à M.P., e se impede a abertura da Associação do I. Comercial. A defesa pelos estudantes universitários das reivindicações dos estudantes do ensino médio, integrada na discussão dos seus próprios problemas, numa perspectiva de luta de classes, e em particular, no caso do Técnico e Económicas, da experiência de reforma de que tinham sido cobaias, provocou reacção das autoridades. seguiram-se as investidas brutais da polícia contra os estudantes, os espancamentos numa tentativa de intimidação dos estudantes. Ao contrário do que tem sido hábito noutras crises, a repressão não tem sido selectiva, antes se dirige contra todos os estudantes, para intimidar os quadros menos politizados das Associações e principalmente a grande massa, para afastar das discussões que se travam o lhes interessam, para isolar os quadros mais activos.

Não é por acaso que ao contrário de anteriores crises os jornais noticiam as intervenções policiais. É ainda parte da mesma manobra de intimidação.

Algumas intervenções mais brutais da polícia poderá talvez ver-se a influência forças capitalistas mais reacionárias, mas o que importa destacar é que na repressão estão interessados todos os sectores da classe dominante. A repressão afastando a discussão da perspectiva atrás indicada, é condição da viabilidade da Reforma

Isso não impedirá que se não faça um aproveitamento demagógico em que o Ministério da Educação Nacional tente aparecer como alheio às intervenções policiais. É necessário que os estudantes não se deixem ludibriar. É necessário que a classe operária saiba analisar os interesses que a Reforma serve.

"PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA"

CÉLULA DA UNIDADE REVOLUCIONÁRIA MARXISTA LENINISTA